



Justiça: Governo vai alterar lei tutelar educativa em 2009

O secretário de Estado adjunto e da Justiça anunciou hoje que em 2009 serão feitos "ajustamentos" à lei tutelar educativa, que define em que condições os jovens de 14 e 15 anos que cometem delitos podem ser internados em centros educativos e de reinserção.

Conde Rodrigues, que falava aos jornalistas na conferência internacional "Jovens em conflito com a lei", que hoje decorre no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, em Lisboa, recusou, no entanto, adiantar quaisquer pormenores sobre o conteúdo de eventuais alterações ao diploma.

Na mesma ocasião, o secretário de Estado escusou, porém, comentar a proposta do director do Gabinete Coordenador de Segurança, Leonel de Carvalho, no sentido de uma maior responsabilização dos jovens a partir dos 12 anos que cometem crimes, inclusive "em termos criminais".

Conde Rodrigues referiu-se apenas ao tratamento diferenciado para jovens e adultos como algo "muito importante" e uma "garantia dos direitos humanos".

"Não faço qualquer comentário a quaisquer outras intervenções", disse José Conde Rodrigues, recusando desta forma comentar as declarações feitas à Antena 1 pelo director do Gabinete Coordenador de Segurança (GCS).

O responsável do GCS defendeu em entrevista à rádio pública que "talvez fosse necessário adaptar a legislação" relativa à imputabilidade dos jovens que cometem crimes, promovendo alterações à semelhança dos países anglo-saxónicos que "responsabilizam muito mais [os jovens], mesmo em termos criminais".

Para Leonel de Carvalho, os jovens deviam ser responsabilizados por práticas criminosas a partir dos 12 anos, sendo que actualmente só a partir dos 14 anos podem ser condenados a um internamento num estabelecimento de reinserção.

No entanto, mesmo sugerindo uma responsabilização criminal, Leonel de Carvalho afirmou na entrevista que não defende a prisão, "mas o internamento" e uma "reeducação, com medidas muito fortes".

De acordo com o director do GCS, a legislação relativa à delinquência juvenil, que veio permitir que jovens fossem internados em estabelecimentos de reinserção, "de certa maneira atacou o problema, mas não o resolveu completamente".

© 2008 LUSA - Agência de Notícias de Portugal, S.A

2008-09-25